



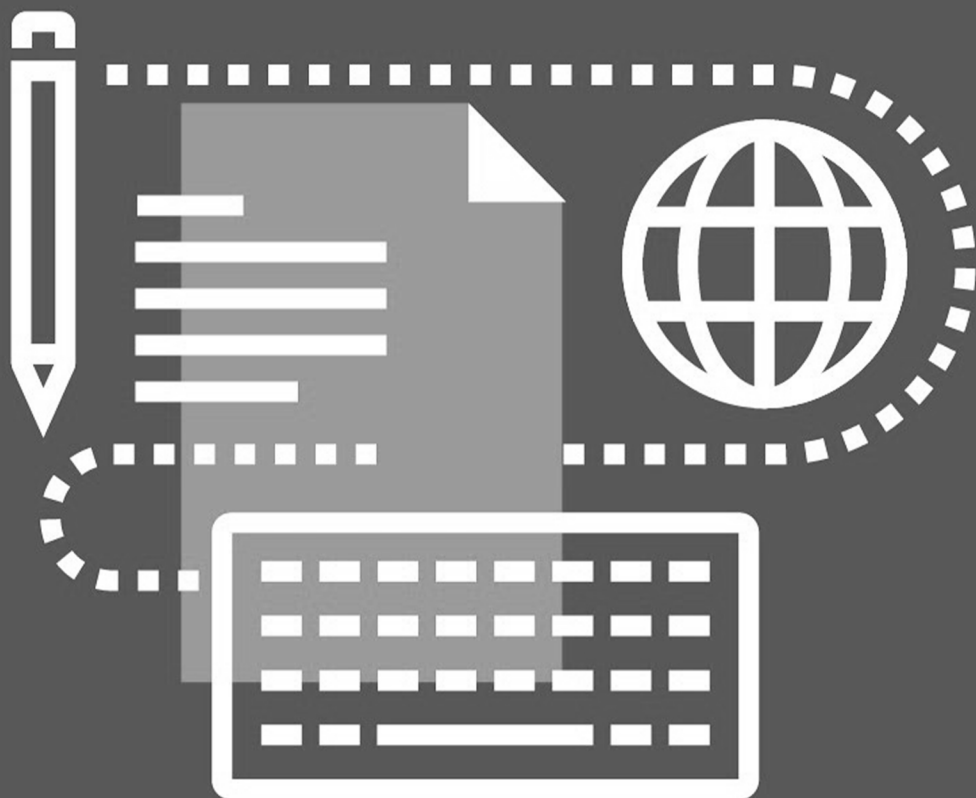
EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

3

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)


Ano 2020



EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

3

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado 3

Editores: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>Educação [recurso eletrônico] : atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado 3 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-277-7 DOI 10.22533/at.ed.777201908</p> <p>1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Planejamento educacional. I. Silva, Américo Junior Nunes da.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores brasileiros.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo destrato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. Precisamos criar diferentes espaços de resistência a todos os retrocessos que nos estão sendo impostos. O terceiro volume deste livro, intitulado “**Educação: Atualidade e Capacidade de Transformação do Conhecimento Gerado**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, todos aqueles que pensam a educação e suas interfaces com as tecnologias.

Este livro, portanto, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional brasileiro e as questões voltadas a tecnologia. Os capítulos que compõe essa obra abordam, de forma interdisciplinar, a partir da realização de pesquisas, relatos de casos e revisões, problemas e situações comuns do contexto educacional e que apresentam como objeto de estudo as questões tecnológicas e educacionais.

Por fim, ao levar em consideração todos os elementos que apresentamos anteriormente, esta obra, a partir das discussões que emergem de suas páginas, constitui-se enquanto importante leitura para aqueles que fazem Educação no país ou aqueles que se interessam pelas temáticas aqui discutidas. Nesse sentido, desejo uma boa leitura a todos e a todas.

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC's) COMO FERRAMENTAS DE ENSINO E APRENDIZADO	
Domingos Sávio do Nascimento Flaviano Ferreira de Araújo Gildene Fortes de Meneses Machado Lidiane da Costa Reis Lima Tamires Almeida Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.7772019081	
CAPÍTULO 2	11
GESTÃO ESCOLAR E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs): UMA REVISÃO NARRATIVA	
Valéria Lima Alves de Souza Ana Paula Campos Fernandes Mauro Lúcio de Oliveira Júnior Rodrigo Silva Nascimento Priscila Figueiredo Campos Maurício Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.7772019082	
CAPÍTULO 3	22
EAD NA EDUCAÇÃO CORPORATIVA: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ALUNOS	
Gustavo Scortegagna Esaú de Souza Borba	
DOI 10.22533/at.ed.7772019083	
CAPÍTULO 4	43
COMPETÊNCIAS E LIMITAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA NO MEIO OESTE CATARINENSE	
Joel Haroldo Baade Alexandre João Cachoeira Adelcio Machado dos Santos Inês Maria Gugel Dummel	
DOI 10.22533/at.ed.7772019084	
CAPÍTULO 5	56
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO USO DOS DISPOSITIVOS MÓVEIS NA EDUCAÇÃO	
Felipe Gustavo Vieira de Almeida Wellington Blender Palheta Silva Caren Vanessa Pinheiro de Castro Reinaldo Eduardo da Silva Sales	
DOI 10.22533/at.ed.7772019085	
CAPÍTULO 6	71
DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE ATRAVÉS DA INFORMÁTICA – CASO COM A COMUNIDADE DE IDOSOS NO BREJO PARAIBANO	
Márcia Verônica Costa Miranda Cinthia Carla Claudino Grangeiro José Lourivaldo da Silva Érico Alberto de Albuquerque Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.7772019086	

CAPÍTULO 7	85
O CURRÍCULO E AS TECNOLOGIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS	
José Luis dos Santos Sousa	
Graciene Reis de Sousa	
Clerislene da Rocha Morais Nogueira	
Fernando Macado Ferreira	
Nailton Sousa Saraiva	
Madalena Varzinha Ferreira Melo	
Antonio Guanacuy Almeida Moura	
DOI 10.22533/at.ed.7772019087	
CAPÍTULO 8	98
TECNOLOGIAS E METODOLOGIAS ATIVAS: EVIDÊNCIAS DE UMA RELAÇÃO SIMBIÓTICA EM PESQUISAS RELACIONADAS ÀS ENGENHARIAS	
Edinéia Zarpelon	
Klara Granetto Lusitani	
Janecler Aparecida Amorin Colombo	
DOI 10.22533/at.ed.7772019088	
CAPÍTULO 9	111
UTILIZANDO AS REDES SOCIAIS PARA MOTIVAR O APRENDIZADO	
Andréia de Cássia dos Santos	
Vera Adriana Huang Azevedo Hypólito	
DOI 10.22533/at.ed.7772019089	
CAPÍTULO 10	122
O INICIO DE TUDO: COMPREENDENDO OS PROCESSOS DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	
Adriana Rocha da Silva Machado	
Fernanda Monteiro Dias Lima Bicalho	
DOI 10.22533/at.ed.77720190810	
CAPÍTULO 11	125
GERENCIAMENTO DE SALAS DE AULA (PYCONTROLROOM) DESENVOLVIMENTO WEB COM FRAMEWORK DJANGO	
Mariana Cardoso	
Junio Horniche	
DOI 10.22533/at.ed.77720190811	
CAPÍTULO 12	135
USO DO MY MAPS COMO FERRAMENTA DIDÁTICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM EM SAÚDE COLETIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A MONITORIA	
Marcela Costa de Almeida Silva	
Aridiane Alves Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.77720190812	
CAPÍTULO 13	144
OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO NA ERA DA CIBERCULTURA	
Carlos Eduardo Canani	
Vanice dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.77720190813	

CAPÍTULO 14	157
O PROFESSOR ORIENTADOR DE INFORMÁTICA EDUCATIVA COMO AGENTE POTENCIALIZADOR DE CONHECIMENTO	
Elaine Feitosa de Carvalho Pinheiro Barbosa Lucila Maria Pesce	
DOI 10.22533/at.ed.77720190814	
CAPÍTULO 15	162
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA OS TUTORES	
Marciel Costa de Oliveira Ana Paula Leite da Silva Tanaka	
DOI 10.22533/at.ed.77720190815	
CAPÍTULO 16	169
UMA VISÃO DA UTILIZAÇÃO DE POSTAGENS NA MÍDIA SOCIAL <i>INSTAGRAM</i> VISANDO À DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: A EXPERIÊNCIA EXITOSA DO JARDIM BOTÂNICO DO RECIFE	
Mayara Lopes de Freitas Lima Helaine Sivini Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.77720190816	
CAPÍTULO 17	186
PRODUÇÃO DE VÍDEO NA ESCOLA – RECURSO MIDIÁTICO NA FORMAÇÃO HUMANIZADORA COM ALUNOS DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Matheus Henrique Barros Moraes Irene da Silva Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.77720190817	
CAPÍTULO 18	189
DESAFIANDO A GERAÇÃO Z COM PENSAMENTO COMPUTACIONAL: OLIMPÍADA DE PROGRAMAÇÃO E RACIOCÍNIO LÓGICO	
Maria Luiza Ferrarini Goulart Daniella Santaguida Magalhães de Souza Graziella Ferreira Guarda Ione Ferrarini Goulart	
DOI 10.22533/at.ed.77720190818	
CAPÍTULO 19	196
UM HISTÓRICO SOBRE AS POLÍTICAS DE QUALIDADE NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
Joel Peixoto Filho Carmen Irene Correia de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.77720190819	
CAPÍTULO 20	207
AVANÇOS NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS DE ÂMBITO FEDERAL	
Tallyrand Moreira Jorcelino	
DOI 10.22533/at.ed.77720190820	
CAPÍTULO 21	225
ABORDAGEM PARA TORNAR VISÍVEL A APRENDIZAGEM E A CENTRALIDADE DA TECNOLOGIA DIGITAL	
Julia Pinheiro Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.77720190821	

SOBRE O ORGANIZADOR..... 232

ÍNDICE REMISSIVO 233

UM HISTÓRICO SOBRE AS POLÍTICAS DE QUALIDADE NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Data de aceite: 03/08/2020

Data de Submissão: 06/05/2020

Joel Peixoto Filho

Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais -
IFSEMG
Muriaé – MG

<http://lattes.cnpq.br/1772463541055804>

Carmen Irene Correia de Oliveira

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
– UNIRIO

Rio de Janeiro - RJ

<http://lattes.cnpq.br/0170462170445940>

RESUMO: Foi a partir da década de 1990, que teve início um grande movimento que incentivou e consolidou a aplicação de estudos sobre a “qualidade” no âmbito da educação. Até então restrito, sobretudo ao âmbito empresarial, a qualidade passou a se tornar um tema central nas agendas de governos neoliberais da Europa e dos EUA e passou a nortear as políticas educacionais também no Brasil. O discurso em torno da qualidade na educação sempre teve como pano de fundo a construção de um modelo educacional massificado que não considerava as diversas particularidades pedagógicas, regionais e sócio-econômicos dos diferentes

níveis e modalidades de ensino. Assim como no ensino presencial, na modalidade a distância o roteiro não foi diferente, e culminou com o desenvolvimento de “padrões de qualidade” que abriram o caminho para a implementação de indicadores e ferramentas avaliativas. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar uma discussão em torno da qualidade no âmbito da educação a distância, principalmente em relação às políticas que impactaram diretamente esta modalidade de ensino, mais especificamente, os Referenciais de Qualidade da Educação Superior a Distância. Paralelo a isso, uma análise sobre a expansão de matrículas em cursos a distância poderá demonstrar possíveis ligações com a regulamentação desta modalidade de ensino. Os resultados levantados e analisados mostraram-se eficientes para entender e relacionar a evolução das políticas de qualidade frente ao aumento crescente da participação das instituições privadas no número de matrículas na modalidade EaD.

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade; Educação a Distância; EaD; Indicadores de Qualidade.

A HISTORY ABOUT POLICIES OF QUALITY
IN THE DISTANCE EDUCATION

ABSTRACT: It was in the 1990s that a great

movement began that encouraged and consolidated the application of studies on “quality” in the field of education. Until then restricted, especially to the business environment, quality has become a central theme on the agendas of neoliberal governments in Europe and the USA and has started to guide educational policies in Brazil as well. The discourse around quality in education has always had as a backdrop the construction of a mass educational model that did not consider the different pedagogical, regional and socio-economic particularities of the different levels and modalities of education. As in the face-to-face teaching, in the distance mode the script was no different, and culminated in the development of “quality standards” that paved the way for the implementation of indicators and assessment tools. Thus, the objective of this work is to present a discussion around quality in the scope of distance education, mainly in relation to the policies that directly impacted this teaching modality, more specifically, the Quality References of Higher Distance Education. Parallel to this, an analysis of the expansion of enrollment in distance learning courses may demonstrate possible links with the regulation of this type of teaching. The results collected and analyzed proved to be efficient to understand and relate the evolution of quality policies in face of the increasing increase in the participation of private institutions in the number of enrollments in distance education.

KEYWORDS: Quality; Distance Education; EaD; Quality Indicators.

1 | INTRODUÇÃO

Com a abertura do mercado brasileiro a partir da década de 1990, o modelo de produção baseado nos conceitos de qualidade passou a ganhar maior importância, um exemplo disso foi a implementação do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) (BRASIL, 1990). Entretanto este modelo não ficou restrito somente à indústria, pelo contrário, tais iniciativas passaram a nortear vários setores da economia e da administração pública em geral, inspirados em modelos e experiência de países administrados a partir de agendas neoliberais.

Amparados por um discurso que tinha como objetivo a eficiência dos gastos públicos, esse período ficou marcado no Brasil, sobretudo durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) ao implantar políticas fortemente influenciadas pelo “Consenso de Washington” (SILVEIRA, 2009, p. 58). As novas diretrizes para a educação básica e superior justificavam a adoção de um discurso, por parte do Estado, “de que os recursos eram suficientes cabendo apenas otimizar a sua utilização” (PINTO, 2002, p. 124), criando-se assim um terreno favorável para a implantação de programas de qualidade no campo educacional, como a “Escola de Qualidade Total” (EQT), (ALMEIDA; DAMASCENO, 2015, p.42) e para a “incorporação de políticas educacionais, em especial as políticas de avaliação” (PACIEVITCH et al., 2011, p.4).

Nesse mesmo contexto, presenciamos a expansão da educação a distância (EaD),

em cursos ofertados a princípio no ensino superior e, posteriormente, no ensino técnico, resultando já a partir do anos 2000, em iniciativas como a criação do Consórcio Cederj, no estado do Rio de Janeiro e, no âmbito federal, a criação do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB, em 2005, e da Rede e-Tec Brasil, em 2011, assim como a expansão da oferta de cursos pelo setor privado. Tal fenômeno deveu-se a diferentes razões e geraram sistemas bastante semelhantes de ensino (ALONSO, 2010; MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015). Desse modo, as “políticas de qualidade” que regulamentaram o mercado de EaD acompanharam a forte expansão do número de matrículas (Gráfico 01).

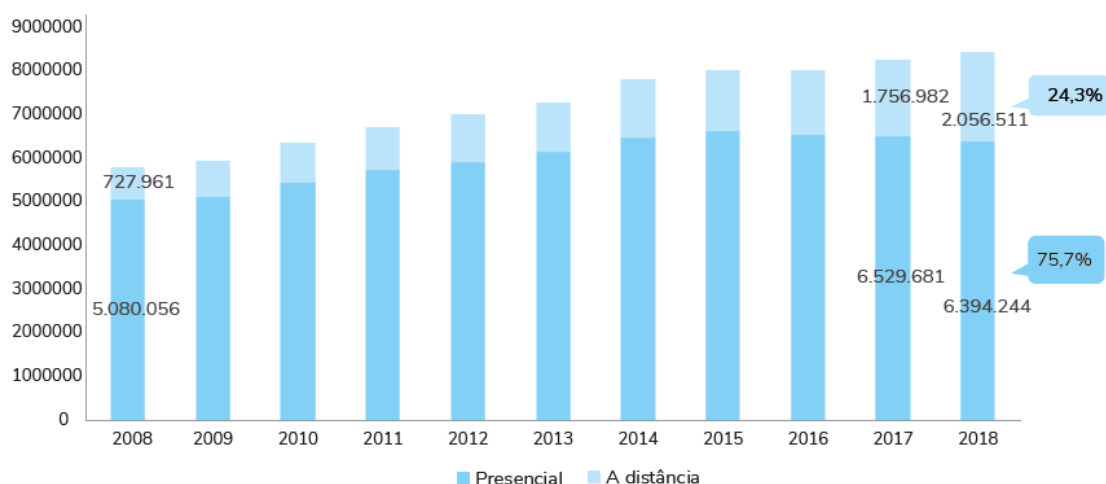


Gráfico 1 – Evolução das matrículas. Censo da Educação Superior. Fonte: INEP (2018)

2 | OBJETIVO

Apresentar um panorama sobre o desenvolvimento das políticas de qualidade no campo da educação, com um olhar mais específico na regulamentação do mercado e na adoção de critérios de qualidade no âmbito da EaD no Brasil. Paralelamente, apresentar um levantamento sobre a expansão das matrículas em cursos a distância nas instituições públicas e privadas.

3 | METODOLOGIA

Análise documental para reunir e sistematizar dados necessários para a realização desta pesquisa.

1. Análise de legislações sobre qualidade no campo da EaD;
2. Documentos institucionais disponíveis no portal do Ministério da Educação - MEC;
3. Pesquisa em artigos científicos que tratem da qualidade na educação;
4. Análise de Microdados do Censo da Educação Superior, dos anos de 2008 a 2018, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep;

4 | RESULTADOS

4.1 Políticas de Qualidade da Educação Superior a Distância

Apesar de já existir desde o ano de 1998 (BRASIL, 1998), uma preocupação por parte do Governo Federal, sobre o estabelecimento de parâmetros de qualidade para o embasamento de ações voltadas à avaliação dos cursos, foi somente em maio de 2000 que a Secretaria de Educação a Distância – SEED divulgou o primeiro documento que tratava de “Indicadores de Qualidade” para a modalidade EaD.

Tal documento era direcionado às partes envolvidas no processo de análise de projetos de novos cursos EaD (BRASIL, 2000). Este mesmo objetivo continuou intacto na publicação da primeira versão dos “Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância”, em abril de 2003, que substituiu os “Indicadores de Qualidade” do ano 2000.

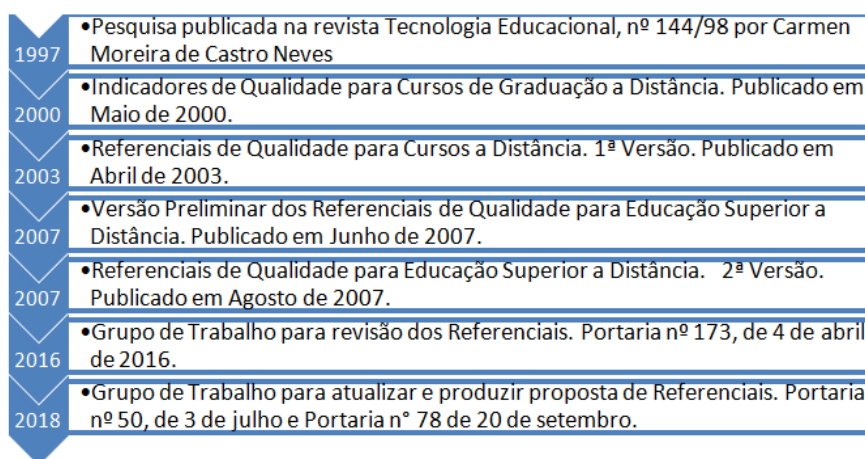


Figura 1 – Trajetória de construção e revisão dos “Referenciais de Qualidade”.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em junho de 2007 diante da necessidade de readequações às novas legislações, uma comissão foi composta pelo MEC, para promover uma atualização na primeira versão dos referenciais (2003). O “documento preliminar” foi submetido a uma consulta pública, durante o mês de agosto, que resultou em mais de 150 sugestões que foram incorporadas, em sua maioria, à versão final (BRASIL, 2007).

Em abril de 2016, o MEC institui por meio da portaria nº 173, um Grupo de Trabalho (GT), para submeter os “referenciais” a uma nova revisão. Em setembro de 2018, a Portaria MEC nº 78 institui um novo GT para atualização dos “referenciais”, o que parece indicar que o GT instituído em 2016 não alcançou os resultados esperados.

Importante destacar que a discussão em torno dos critérios de qualidade para cursos a distância não avançou da maneira que se esperava. Os dois últimos grupos de trabalho criados pelo MEC para a atualização dos referenciais, com ampla participação de entidades

do meio acadêmico, principalmente aquelas ligadas ao setor privado (GT's nº 50 e nº 78/2018) não apresentou os seus resultados à comunidade acadêmica. Não foi possível levantar junto ao MEC informações sobre o andamento desta importante discussão. Possivelmente, a evolução dos trabalhos ou a divulgação de seus resultados tenha sido prejudicada pelos diversos processos de transição política que aconteceram no âmbito do Governo Federal e, sobretudo no Ministério da Educação, a partir de 2018.

Enquanto estas discussões não avançam, é possível analisar os dados divulgados pelo MEC referentes ao Conceito Enade do ano de 2018. Esta é a principal referência de qualidade para os cursos de graduação presencial e a distância no Brasil. O Conceito Enade é calculado a partir do desempenho dos estudantes no Exame Nacional do Ensino Superior – Enade (Figuras 2 e 3).

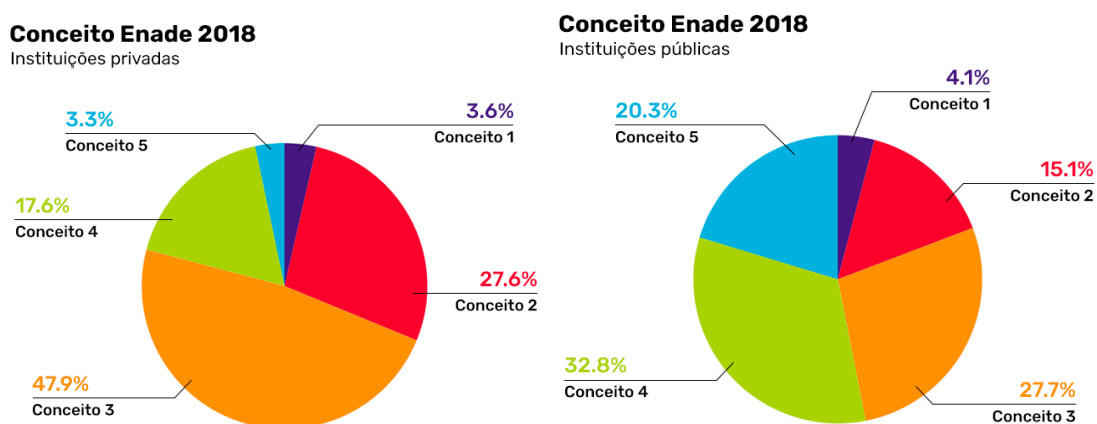


Figura 2 - Conceito Enade em Instituições Públicas e Privadas.

Fonte Inep/MEC (2018)

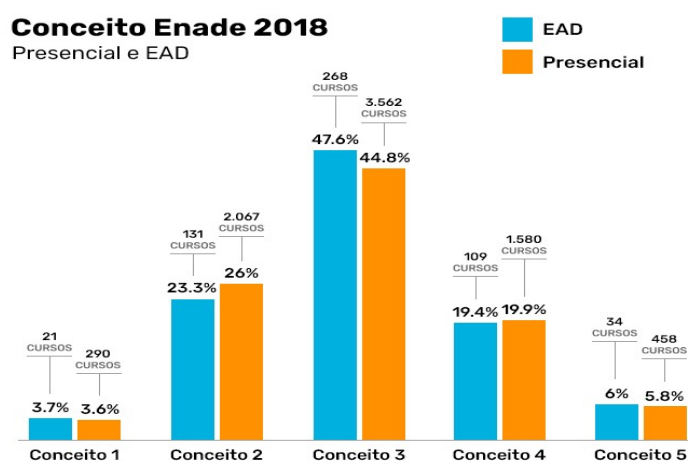


Figura 3 - Conceito Enade em Cursos Presenciais e a Distância.

Fonte Inep/MEC (2018)

Em 2017 é publicada uma nova legislação para regulamentar a EaD no país. O decreto 9.057/2017 e a portaria normativa nº 11/2017 (Figura 4) trouxeram uma inovação ao determinar que as IES credenciadas para a oferta de EaD, devem se atentar para a

garantia dos “critérios de qualidade” (BRASIL, 2017).



Figura 4 – Histórico das principais legislações de regulamentação da EaD.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Portaria nº 11 estabelece que a criação de pólos, por ato próprio, deverá observar o Conceito Institucional mais recente. Assim, quanto maior for o conceito alcançado pela IES (variando de 3 a 5), maior será o quantitativo de pólos que poderão ser criados (variando de 50 a 250), logo, as IES que não conseguirem manter, ou evoluir na busca por melhores conceitos terão a sua atuação limitada.

4.2 Uma análise sobre a expansão de matrículas nas IES Públicas e Privadas

A segunda etapa deste estudo consistiu na pesquisa sobre a evolução das matrículas nos cursos presenciais e a distância, dos setores público e privado (Gráficos 2, 3 e 4), conforme dados disponíveis no Censo da Educação Superior dos anos de 2008 a 2018.

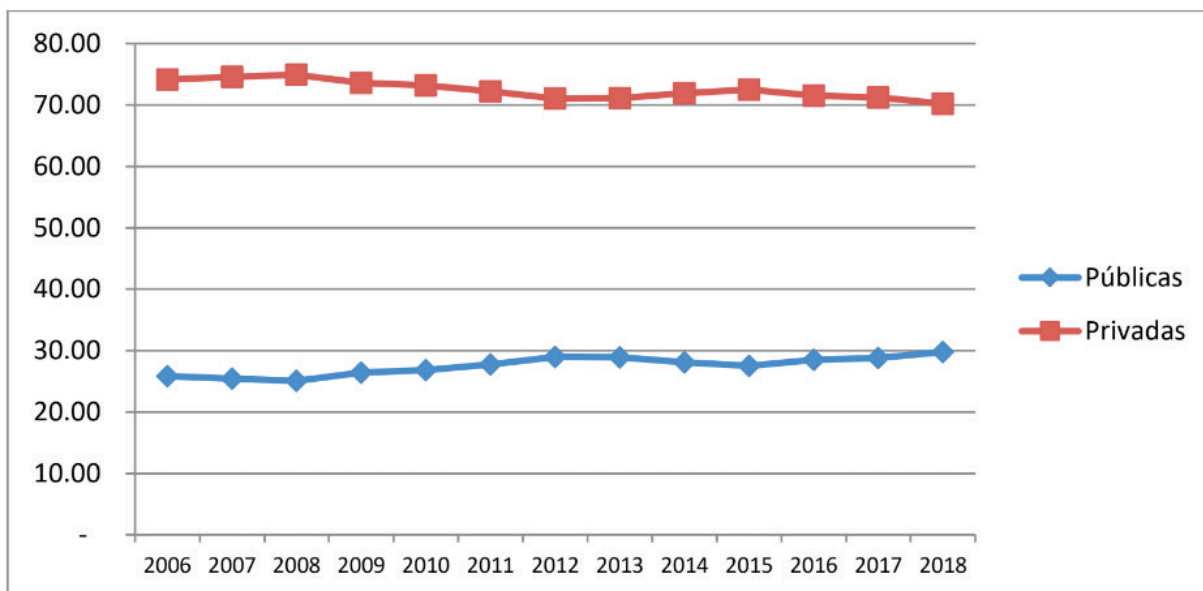


Gráfico 2 – Evolução de matrículas (Público x Privada) em cursos presenciais. Censo da Educação Superior.

Fonte: MEC/INEP (2016, 2017, 2018).

Na modalidade de ensino presencial (Gráfico 2) os dados referentes à evolução do quantitativo de matrículas no período de 2006 a 2018 demonstram que não houve grandes variações na participação de mercado entre instituições públicas e privadas, sendo possível identificar uma estabilização a partir de 2012. Em 2018, último ano em que os dados do Censo da Educação Superior foram divulgados pelo INEP, as instituições privadas permaneceram com uma participação em torno de 70% e as instituições públicas com uma participação em torno de 30%

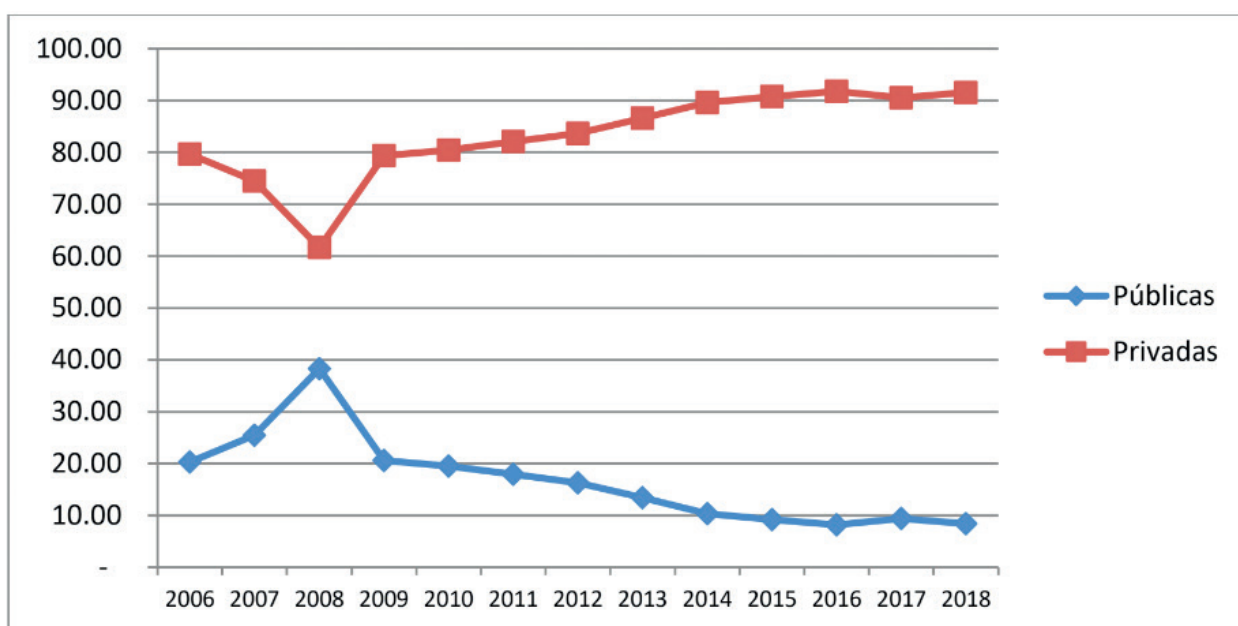


Gráfico 3 – Evolução de matrículas (Público x Privada) em cursos a distância. Censo da Educação Superior.

Fonte: MEC/INEP (2016, 2017, 2018).

O gráfico 3, em comparação com o anterior, demonstra um cenário completamente diferente em se tratando da evolução do quantitativo de matrículas no âmbito do ensino a distância. Se no ensino presencial não houve grandes variações no período pesquisado, na EaD, a discrepância entre as matrículas efetivadas em instituições públicas e privadas mostrou-se bastante elevada a partir de 2008.

No período compreendido entre 2006 a 2008 o comportamento dos dados de matrículas pareciam indicar um cenário diferente daquele observado a partir de 2008, entretanto, o mesmo pode ser melhor compreendido ao serem analisados os dados sobre a evolução de matrícula em cursos EaD a partir de 2001, disponíveis no Censo da Educação Superior de 2009.

Esta série de dados demonstra que a partir de 2001 (Gráfico 4) houve uma mudança significativa na oferta de cursos na modalidade EaD no Brasil. Se no início, as IES Públicas dominavam a oferta de forma isolada, a partir de 2005 essa situação se reverte, e as IES Privadas passam a expandir com maior velocidade a oferta de cursos e, conseqüentemente as matrículas do que as IES Públicas. Assim, a participação percentual de ambos os setores em relação ao total de matrículas no Brasil, passa a ser cada vez menor nas IES Públicas e, cada vez maior nas IES Privadas.

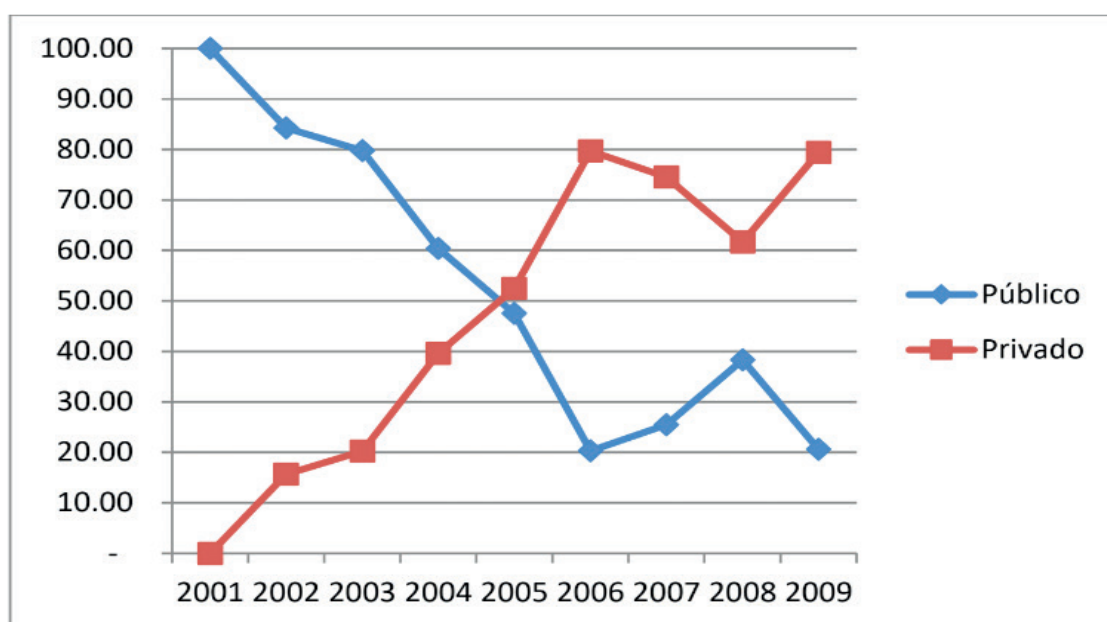


Gráfico 4 – Evolução de matrículas (Público x Privada) em cursos EaD. Censo da Educação Superior.

Fonte: MEC/INEP (2009).

O ponto em que as duas trajetórias se encontram no ano 2005 é o início de uma mudança de comportamento no mercado do ensino a distância no Brasil, que culminou nos dias atuais, com um amplo domínio das IES Privadas. De 2006 a 2008 os dados demonstravam uma nova possibilidade de inversão na trajetória, puxada por uma expansão

mais contundente do número de matrículas nas IES Públicas.

Comparando o crescimento das matrículas de 2007 em relação a 2006 as IES Públicas mais que dobraram a sua própria oferta, alcançando um crescimento de 124%, enquanto que as privadas tiveram um crescimento de 67% em relação ao ano anterior. Em 2008, as IES Públicas tiveram um crescimento de 196% em relação a 2007 e as Privadas 63%, no entanto, verificando o crescimento de 2009 em relação a 2008, as IES Públicas tiveram um decréscimo de (61%), ou seja, houve um encolhimento em suas matrículas, o que não ocorreu nas IES Privadas, que tiveram um aumento de 63%.

Assim, a partir de 2008, analisando a série histórica até o ano de 2018, não é possível verificar nenhuma tendência de que as trajetórias possam novamente se inverter, pelo contrário, o cenário se consolida cada vez mais, com a participação das IES Privadas aumentando ano a ano a partir de 2009, alcançando no ano de 2018 uma participação acima de 90%. Já as instituições públicas a evolução das matrículas tomou uma direção contrária, diminuindo ano a ano a partir de 2009, alcançando em 2018 uma participação inferior a 10%.

5 | CONCLUSÃO

A realização desta pesquisa foi importante para entender a trajetória dos marcos regulatórios da EaD no Brasil e os avanços em torno da construção de “critérios de qualidade” para a oferta de cursos a distância. A partir de uma maior regulamentação do setor, com critérios mais claros e objetivos, o setor público sedimentou as bases necessárias para a consolidação da EaD como uma modalidade de ensino no Brasil.

A partir de 2005, com a regulamentação do ensino a distância a partir da publicação do decreto 5.622 e, ainda, a consolidação dos Referenciais de Qualidade, em 2007, levou o setor privado a tomar a dianteira no processo de expansão da modalidade EaD no país. Além disso, o maior número de instituições e, conseqüentemente de cursos e matrículas, aliado a um maior potencial de investimento, possibilitou às IES Privadas concretizar o seu domínio neste setor.

Já instituições públicas, por outro lado, mesmo com uma expansão significativa em determinados períodos, não conseguiu elevar a sua capacidade na oferta. A criação da Universidade Aberta do Brasil, em 2005, e da Rede e-Tec Brasil, em 2011, foram importantes iniciativas do Governo Federal para expandir a oferta de cursos de graduação, licenciaturas e cursos tecnológicos, contudo, o contingenciamento de investimentos sempre afetou de forma negativa a continuidade ou a manutenção destes programas.

A partir de 2017, as novas regulamentações publicadas pelo Governo Federal para o setor de EaD, tornaram ainda mais flexíveis as regras para a abertura de polos e para o funcionamento dos cursos, inclusive, com a possibilidade de cursos 100% a distância, o que impactou diretamente no custo operacional dos mesmos. Desta forma, é possível

avaliar uma consolidação ainda maior no setor privado no mercado de cursos a distância. Os últimos dados sobre a efetivação de matrículas (INEP, 2018) mostram que as IES Públicas agora possuem menos de 10% de toda a oferta de matrículas EaD, um cenário completamente oposto ao verificado em 2001, quando estas dominavam sozinhas a oferta de cursos a distância no Brasil.

Se por um lado, a regulamentação da educação a distância foi positiva para a expansão da oferta de cursos a distância, sobretudo pelas IES Privadas, o mesmo não pode ser dito sobre a contribuição dos indicadores de qualidade. A discrepância entre o conceito Enade (Inep, 2018) entre as IES Públicas e Privadas, mostra que os Referenciais de Qualidade, cuja discussão começou há mais de 20 anos atrás não foi suficiente para garantir uma elevação na qualidade dos cursos, sobretudo nas IES Privadas.

A classificação das Instituições de Ensino Superior com base no Conceito Enade, mostra que o quantitativo de IES Públicas com as melhores notas, 4 e 5, são mais que o dobro (53,1%) do quantitativo de IES Privadas (20,9%). Este cenário demonstra a urgência de que sejam retomadas, no âmbito do Ministério da Educação, as discussões em torno da revisão dos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. A. L.; DAMASCENO, M. F. **O Neoliberalismo e a Educação Brasileira: A Qualidade Total em Questão**. Revista Educação, v. 10, n. 2, p. 40-46, 2015.

ALONSO, K. M. **A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, 2010.

BRASIL. Lei nº 99.675 de 07 de Novembro de 1990. **Institui o Comitê Nacional de Qualidade e Produtividade**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99675.htm>. Acesso em: 18 jul. 2018.

_____. Decreto nº 2.494 de 10 de fevereiro de 1998. **Regulamenta o art. 80 da LDB**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

_____. **Indicadores de Qualidade para Cursos EaD. 2000**. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cead/arquivos-da-cead/indicadores-de-qualidade-para-cursos-de-graduacao-a-distancia>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

_____. **Referenciais de Qualidade para Cursos EaD. 2003**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ReferenciaisdeEAD.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

_____. **Referenciais de Qualidade para Cursos EaD. Versão Preliminar 2007**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/referenciaisead.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

_____. **Referenciais de Qualidade para Cursos EaD. 2007**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

- _____. Portaria nº 173, de 4 de abril de 2016. **Institui o GT para revisão dos Referenciais de Qualidade**. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/542016-PORTARIA-N-173-DE-4-DE-ABRIL-DE-2016.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.
- _____. Decreto 9.057 de 25 de Maio de 2017. **Regulamenta o art. 80 da LDB**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm>. Acesso em: 15 jul. 2018.
- _____. Portaria nº 11 de 20 de Junho de 2017. **Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância**. Acesso em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=66431-portaria-normativa-11-pdf&category_slug=maio-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 jul. 2018.
- _____. Portaria nº 78, de 20 de setembro de 2018. **Institui o GT para revisão dos Referenciais de Qualidade**. Disponível em: <http://www.imprensanacional.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/41607428/do2-2018-09-20-portaria-n-78-de-19-de-setembro-de-2018-41607323>. Acesso em: 25 set. 2018.
- INEP. Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Dados do Conceito Enado 2018**. Brasília, DF: INEP, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-superior/indicadores-de-qualidade/resultados>>. Acesso em: 05 Mai. 2020.
- INEP. Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2008**. Brasília, DF: INEP, 2008. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>>. Acesso em: 05 Mai. 2020.
- _____. **Censo da Educação Superior 2009**. Brasília, DF: INEP, 2009. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>>. Acesso em: 05 Mai. 2020.
- _____. **Censo da Educação Superior 2016**. Brasília, DF: INEP, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>>. Acesso em: 05 Mai. 2020.
- _____. **Censo da Educação Superior 2017**. Brasília, DF: INEP, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>>. Acesso em: 05 Mai. 2020.
- _____. **Censo da Educação Superior 2018**. Brasília, DF: INEP, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>>. Acesso em: 05 Mai. 2020.
- MANCIBO, D., ARAUJO DO VALE, A., BARBOSA MARTINS, T., **Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010**. Revista Brasileira de Educação. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27533496003>>. Acesso em: 25 set. 2018.
- PACIEVITCHI, T.; SOHN, C. E.; POSSOLI, G. E. **Políticas Educacionais e Qualidade da Educação: Avaliação e Formação de Professores da Educação Básica**. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Curitiba – PR, 2011.
- PINTO, J. M. de R. **Financiamento da Educação no Brasil: Um Balanço do Governo FHC (1995-2002)**. Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, p. 108-135, 2002.
- SILVEIRA, M. C. da. **O Neoliberalismo e a educação no Brasil de FHC**. Revista Senso Comum, n. 1, p. 50-66, 2009.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aplicação Web Administrativa Educacional 125

Aprendizagem 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 120, 123, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 149, 153, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 172, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 217, 218, 219, 220, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232

Aprendizagem Criativa 226, 230, 231, 232

Avaliação docente 226

B

BNCC 186, 187, 188

C

Cenários educacionais 208

Ciberativismo 145, 147, 150, 155

Cibercultura 55, 145, 147, 150, 152, 153, 154, 155, 157, 159

Competências 13, 15, 21, 24, 25, 26, 29, 40, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 52, 54, 55, 94, 95, 96, 102, 109, 134, 153, 154, 166, 167, 191, 194, 215, 220, 226, 227, 230, 231

Criticidade 186

Currículo 69, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 94, 97, 231

D

Desenvolvimento local 71, 72, 74, 75, 76, 83

Desenvolvimento Tecnológico 122

Didática 13, 21, 55, 97, 136, 160, 188, 189

Discente 94, 115, 120, 136, 137, 142, 189

Dispositivos móveis 56, 57, 59, 60, 61, 63, 65, 66, 68, 69, 70

divulgação científica 170, 173, 184, 185

Divulgação Científica 170

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA 170

E

EAD 8, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 164, 167, 169, 208, 209, 210, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225

Educação à distância 40, 224
Educação em ambientes digitais 145, 146, 155
Educando 160, 163, 166, 186, 189
Empoderamento 158
Engenharia 43, 98, 99, 100, 103, 104, 106, 107, 109, 110, 128, 191
Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 27, 28, 29, 30, 33, 36, 38, 39, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 67, 68, 77, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 125, 126, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 153, 155, 157, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 186, 188, 194, 196, 197, 199, 203, 204, 205, 206, 211, 212, 213, 217, 224, 225, 227, 229
Ensino superior 45, 55, 98, 99, 103, 199, 206, 217, 224

F

Facebook 4, 7, 78, 79, 83, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 173
Formação docente 64, 226, 227

G

Gamificação 6, 56, 57, 59, 62, 67, 68, 70
Gestão 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 23, 27, 30, 40, 43, 46, 54, 55, 71, 74, 77, 96, 125, 126, 127, 128, 129, 132, 134, 141, 142, 153, 208, 213, 214, 215, 221, 222, 223, 224, 225, 231
Gestão Acadêmica 125
Gestão Escolar 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21

I

Inclusão Digital 71, 72, 73, 74, 75, 76, 84
indicadores de qualidade 206
Informação 1, 2, 3, 4, 11, 18, 49, 58, 61, 69, 73, 98, 99, 101, 108, 112, 120, 134, 145, 147, 156, 159, 165, 190, 191
Informática Educativa 158, 159, 160, 161, 162
Instagram 4, 7, 114, 116, 170, 171, 172, 173, 174, 181, 184, 185
Invenções Científicas 122

M

Mediação pedagógica 158, 159
Metodologias Ativas 9, 17, 58, 59, 69, 98, 100, 101, 103, 104, 108, 109, 110, 221, 226, 227, 232
Monitoria 136, 137
Motivação 14, 31, 32, 46, 59, 68, 82, 100, 110, 111, 227
Movimentos Sociais 3, 145, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 223

My Maps 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143

O

Origem 3, 32, 122, 150, 173, 177, 178, 182, 183

P

Pensamento Computacional 190, 191, 194, 195, 196

Prática Pedagógica 48, 55, 85, 86, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 159

Preconceito 186, 187, 189

Produção de vídeos 186, 188

Professores 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 24, 29, 44, 46, 49, 56, 57, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 83, 86, 87, 88, 89, 93, 94, 95, 100, 101, 120, 125, 127, 129, 140, 154, 157, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 169, 185, 186, 192, 207, 226, 227, 231, 232, 233

Q

Qualidade 6, 11, 12, 14, 15, 21, 24, 27, 29, 41, 43, 49, 52, 58, 66, 73, 74, 91, 94, 95, 100, 153, 164, 169, 178, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 221, 222

R

Raciocínio Lógico 190, 191, 192, 194, 195, 196

S

Saúde Coletiva 110, 136, 137, 138, 139, 142, 144

Setor público 205, 208, 211, 212, 221, 222

T

Tecnologia 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 16, 20, 27, 28, 31, 34, 35, 37, 40, 47, 49, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 73, 80, 84, 85, 94, 96, 98, 100, 101, 103, 107, 112, 120, 125, 126, 134, 135, 142, 150, 164, 165, 166, 169, 189, 212, 216, 217, 223, 225, 226, 228, 231, 233

Tecnologias da informação e comunicação 2, 10, 11, 14, 16, 20, 69, 71, 74, 112, 212

Tecnologias digitais da informação e comunicação 148, 158, 162

Terceira Idade 72, 73, 75, 82

Transformação digital 208, 221

Tutor 42, 47, 55, 154, 157, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 212

U

Universidade Corporativa 22, 24, 25, 31, 33, 34, 35, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 213, 214, 223

V

Vantagens 19, 22, 24, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 56, 63, 65, 68

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

**Atena**
Editora

Ano 2020

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

**Atena**
Editora

Ano 2020